

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.591 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2002

Reforma da Justiça vai ao exame do Plenário

Comissão examina emendas apresentadas pelos senadores na discussão da proposta em primeiro turno. Relator Bernardo Cabral espera como resultado final das mudanças instrumentos que assegurem agilidade da Justiça



Ao lado de Osmar Dias, que presidiu a votação na CCJ, Cabral apresenta seu parecer às emendas de Plenário

Súmula vinculante em decisões do Supremo Tribunal Federal, composição de dois terços das vagas dessa corte por magistrados de carreira e realização de concurso público para as carreiras do Judiciário a cargo de entidades externas ao Poder – estes são alguns pontos da reforma que deve ser votada agora pelo Plenário do Senado. Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer sobre emendas de Plenário à proposta de alteração constitucional da reforma do Judiciário. As mudanças levaram o relator Bernardo Cabral a fazer previsão positiva: ele espera uma Justiça mais ágil, embora considere necessárias alterações na legislação infraconstitucional relativa aos processos judiciais. Depois da votação, Cabral recebeu homenagens dos senadores por seu trabalho na relatoria da reforma.

PÁGINAS 4 E 5

Senado inaugura sistema de votação mais seguro

Novo painel eletrônico conta com certificado de segurança de técnicos da Unicamp. Sistema foi inaugurado ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.



O 1º secretário do Senado, Carlos Wilson (E), entregou a Ramez Tebet (D) relatório de técnicos da Unicamp atestando a segurança do sistema

PÁGINA 7

Comissão amplia o prazo para que Lula mude Orçamento e invista na área social

A Comissão Mista de Orçamento decidiu ontem ampliar em praticamente um mês o prazo para que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva possa, por intermédio de seus líderes no Congresso, apresentar emendas ao projeto de Orçamento da União. A sugestão foi apresentada pelo senador Sérgio Machado. O líder do PT na comissão, deputado Jorge Bittar, afirmou que o salário mínimo ficará acima dos R\$ 211 propostos pelo atual governo.

PÁGINA 3

Parlamentares analisam opções que viabilizem combate à pobreza



Centenário de Drummond terá homenagem

PÁGINA 2

Plenário presta homenagem a Drummond

Centenário de nascimento do poeta será comemorado hoje, na hora do expediente. A seguir, em sessão deliberativa, os senadores examinam projeto de autoria de Pedro Simon que veta a penhora de máquinas e implementos agrícolas

A sessão plenária de hoje presta homenagem ao poeta Carlos Drummond de Andrade pelo transcurso do centenário do seu nascimento. A iniciativa foi encabeçada pelo senador Tião Viana (PT-AC), seguido pelos senadores José Sarney (PMDB-AP) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), entre outros.

Na ordem do dia, os parlamentares votam projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece na legislação civil a proteção da penhora de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Na justificativa da proposta, o senador defende que a despeito de jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça "continuam os bancos, credores do homem do campo, a promover execuções onde tratores, máquinas e demais implementos agrícolas são penhorados". Para Simon, o projeto pretende dar ao produtor rural as condições de desenvolver sua atividade e saldar seus compromissos.



Carlos Drummond é celebrado como um dos maiores poetas do país

Ele adverte que a inadimplência no setor "resulta quase sempre da imprevisibilidade do clima ou da insensatez dos governos". A matéria foi aprovada, em maio, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PPS-RS).

Na pauta constam ainda projetos que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

Alcântara quer programas de incentivo à leitura no país

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu o desenvolvimento de novos programas governamentais destinados a estimular o hábito da leitura em todo o país, principalmente pela população menos favorecida. Ele observou que apenas uma pequena elite compra e lê livros, enquanto a grande massa dos brasileiros não tem acesso à leitura, fato que considerou muito grave.



Célio Azevedo

Alcântara alerta para os baixos índices de leitura entre os brasileiros

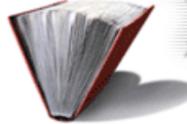
Senado leva novidades a evento literário

Entre 1º e 17 de novembro, durante a 48ª Feira do Livro de Porto Alegre, os gaúchos terão mais uma oportunidade de eliminar a distância geográfica e entrar em contato direto com o Senado Federal. No estande da Casa, os visitantes poderão conhecer mais sobre a instituição, navegar no site do Senado na Internet, assistir à TV Senado e, é claro, comprar os livros do Conselho Editorial, publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

O evento literário, que acontece na Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre, é o mais popular do país. Na edição anterior, em 2001, os organizadores estimaram em 1,6 milhão o número de pessoas que passaram pela feira, a maioria (57%) composta por mulheres.

O Senado vai abrir a possibilidade de um público especial frequentar a feira este ano: os deficientes visuais. Em dois dias do evento, a Casa convidou duas associações de cegos do Rio Grande do Sul a visitarem o estande, onde

48ª FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE



Com os livros a vida tem mais emoção.

terão atendimento especial e receberão coleção de obras em braille publicadas pelo Senado.

CONSTITUIÇÃO

Outra grande atração nas participações do Senado em edições anteriores da Feira do Livro de Porto Alegre é a Constituição federal atualizada, vendida por apenas R\$ 7. O exemplar oferecido este ano inclui a Emenda Constitucional nº 38, a última, promulgada em junho passado. Se preferir, o visitante pode levar a Constituição em disquete, por apenas R\$ 2. Outro livro publicado pela gráfica do Senado que será levado pela primeira vez ao público de Porto Alegre é o novo Código Civil, publicado em janeiro deste ano.

Além de pessoas em busca das publicações, o estande do Senado costuma receber interessados

em assistir à TV Senado e em navegar pelas páginas da instituição na Internet, que têm bancos de dados com toda a legislação brasileira e o processo legislativo, entre outras informações. A assinatura do *Jornal do Senado* pode ser feita gratuitamente no local. Para as crianças, que compõem um terço do público da feira gaúcha, é oferecida a revistinha *Jovem Cidadão*, com jogos e textos que introduzem noções de cidadania para os novos leitores.

O Senado participa na Feira do Livro de Porto Alegre sob a organização da Comissão Especial das Feiras do Livro, que reúne profissionais da Secretaria de Informação e Documentação, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, da Secretaria de Comunicação Social, da Primeira-Secretaria e do Centro de Processamento de Dados (Prodasen). O estande é coordenado pelo diretor da Secretaria de Informação e Documentação, Paulo Afonso Lustosa, chefe da Comissão Especial das Feiras do Livro.

Alcântara informou que enquanto nos Estados Unidos e na França são produzidos, respectivamente, 11 e sete livros por habitante, no Brasil a quantidade é de apenas 2,4. Com um agravante: se forem descontados os livros didáticos, em grande parte comprados pelo governo, esse número cai para apenas 0,7 livro produzido por habitante.

Apesar de considerar esse quadro "desolador", Alcântara registrou ações dos Ministérios da Cultura e da Educação de incentivo à leitura e criação de bibliotecas. Ele citou o programa Biblioteca em cada Município, do Ministério da Cultura, que visa facilitar o acesso ao livro, revitalizar bibliotecas públicas e implantá-las em cidades que não as possuem. Destacou ainda o projeto Literatura em Minha Casa, do Ministério da Educação, cuja finalidade é entregar a mais de 8,5 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries coleções de livros de escritores renomados, como Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meirelles.

Alcântara elogiou também o tra-

balho do Conselho Editorial do Senado, presidido por ele. O Conselho, observou, tem editado obras relevantes para a história e para a compreensão do país, muitas das quais ausentes há anos do mercado editorial.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2002

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária
Hora do expediente: destinada a homenagear o centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.
Pauta: PLC nº 56/02, que dá denominação à ponte rododiferroviária sobre o Rio Paraná, que liga os municípios de Rubineia (SP) e Aparecida do Taboado (MS); PLS nº 141/99, que acrescenta inciso XI ao artigo 649 da Lei nº 5.869/73 (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas; e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários e a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação dos relatórios apresentados aos avisos remanescentes de pautas anteriores. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão dá prazo a Lula para mudar Orçamento

Novo governo terá até o início de dezembro para apresentar, por intermédio de seus líderes no Congresso, emendas à proposta orçamentária de 2003. Relator Sérgio Machado aponta “demonstração de boa vontade” dos parlamentares

Por unanimidade, a Comissão Mista de Orçamento decidiu esticar em praticamente um mês o prazo para que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva possa apresentar, por intermédio de seus líderes no Congresso, emendas ao projeto de Orçamento do próximo ano. Os demais partidos só poderão apresentar emendas até o dia 12 de novembro, enquanto os líderes do PT poderão emendar a proposta orçamentária até mesmo no dia da votação na comissão, o que deve ocorrer na primeira semana de dezembro.

— É uma demonstração de boa vontade do Congresso para que o novo presidente possa adaptar o Orçamento às suas propostas sociais mais imediatas — afirmou o relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE). A exceção foi proposta pelo próprio relator e aprovada sob a forma de emenda ao parecer preliminar, votado ontem.

A comissão criou, também ontem, um comitê de receitas, com sete parlamentares, dois deles do PT, para reestimar a arrecadação tributária de 2003. Essa alternativa sempre foi usada pela comissão quando procurou aumentar recursos para algum programa — nos três últimos anos o salário mínimo foi reajustado acima da inflação usando em parte tal expediente.

— O que sabemos é que o salário mínimo ficará acima dos R\$ 211 propostos pelo atual governo, mas o valor vai depender dos estudos que serão feitos a partir de agora — afirmou o deputado Jorge Bittar (RJ), líder do PT na Comissão de Orçamento. Ele informou que, além de uma possível reestimativa de receitas, os parlamentares vão tentar identificar possíveis remanejamentos de verbas para ajudar a Previdência Social a pagar o novo salário mínimo aos aposentados do INSS.

Bittar defendeu o reestudo da arrecadação por causa do aumento da inflação desde julho passado, quando foi feito o Orçamento. Observou que toda inflação acaba gerando aumento de arrecadação nos meses seguintes. O líder petista na comissão disse ainda que seu partido defende a manutenção da alíquota máxima de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física, a qual deverá cair para 25% no dia 1º de janeiro.

Para que não ocorra a redução, no entanto, o Congresso terá de aprovar projeto prevendo a manutenção.

Sérgio Machado descartou a possibilidade de aumento de impostos para que o novo governo banque gastos sociais. Os líderes partidários na comissão reafirmaram que o Congresso votará o Orçamento até 15 de dezembro.



Sérgio Machado (C) observa que presidente eleito poderá adaptar Orçamento do ano que vem a propostas sociais

Rosevelt Pinheiro

PFL não apóia aumento na alíquota do Imposto de Renda, afirma deputado

O PFL não deverá apoiar a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que é considerada fundamental para reforçar a receita orçamentária em 2003. “O PFL é terminantemente contra o aumento de impostos. Pelo partido, permanece a alíquota de 25%. Não vamos aumentar a carga tributária, que já é excessivamente elevada”, disse ontem o vice-líder do PFL na Câmara dos Deputados, Pauderney Avelino (AM), integrante da Comissão Mista de Orçamento.

Com um efeito líquido estimado em R\$ 1,7 bilhão, pelos cálculos dos técnicos do governo e do Legislativo, a manutenção da alíquota de 27,5% tem que ser votada ainda este ano para produzir resultado no próximo exercício

fiscal. A proposta da área econômica do atual governo, e já defendida por representantes do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, é o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional nos próximos dias para que a maior faixa do IRPF seja mantida em 2003.

Outra posição que já está sendo defendida pelo PFL, segundo Avelino, é o aumento do salário mínimo para R\$ 240, como foi proposto pelo PT e rejeitado pelo governo durante as discussões da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Orçamento do próximo ano. O deputado declarou à imprensa que o seu partido sempre lutou por um salário mínimo equivalente a US\$ 100 e que agora irá retomar a defesa da fixação do mínimo em R\$ 240.

Saneamento e habitação popular poderão ter mais verbas em 2003

A revisão de prioridades de três dos principais programas de governo voltados para a habitação popular, saneamento e desenvolvimento urbano, financiados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi aprovada ontem pela Comissão Mista de Orçamento.

Com a destinação de mais dinheiro para infra-estrutura, saneamento básico e melhoria das condições habitacionais das populações carentes, ampliando o valor orçado para R\$ 378,2 milhões (um acréscimo de R\$ 208,4 milhões), o Programa Nosso Bairro poderá beneficiar 41.187 famílias, praticamente o dobro da estimativa inicial de 20.626 famílias beneficiadas.

Outra ação do Nosso Bairro, votada para apoiar a modernização institucional dos municípios para que possam atuar na melhoria do

segmento habitacional de baixa renda, recebeu um reforço de R\$ 38,3 milhões, alterando o valor total de aplicação para R\$ 41,879 milhões. Segundo o parecer do deputado João Ribeiro (PFL-TO), o pedido encaminhado pelo Executivo não implica aumento de verbas orçamentárias, mas sim sua realocação para adequar o Plano Plurianual 2000/2003 às necessidades de aplicação, até o final de 2003, dos recursos do programa Habitar-Brasil do BID, a cargo da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República.

Para compensar o aumento de investimentos do Programa Nosso Bairro, o Ministério do Planejamento propôs a redução de R\$ 246,6 milhões que seriam aplicados na construção de habitações em parceria com instituições financeiras públicas.

Assistência jurídica gratuita receberá crédito suplementar

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem dois projetos de lei de crédito suplementar, no valor total de R\$ 2,547 milhões, e 15 avisos para autorizar, principalmente, a retomada de obras com recursos federais, após a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que constatou a regularização dos projetos. As matérias serão submetidas à deliberação do Plenário do Congresso.

Crédito suplementar para o Ministério da Justiça, no valor de R\$ 2,08 milhões, destina-se ao custeio de ações de assistência e orientação jurídica gratuita ao cidadão, desenvolvidas pela Defensoria Pública da União (DPU), e à manutenção da estrutura administrativa dos novos pontos de atendimento implantados em diversos estados.

O outro crédito suplementar, de R\$ 467,434 mil, foi concedido para reforçar dotações do Ministério da Previdência e Assistência Social. A CMO adiu a apreciação de três pedidos de suplementação orçamentária: dois em favor do Ministério dos Transportes, no total de R\$ 13,6 milhões, e um de R\$ 110,187 milhões, para reforçar as dotações de três ministérios — Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) recomendou em seu parecer que seja mantida a decisão do TCU de não liberar recursos do Orçamento para a conclusão das obras do Hospital Central do Estado de Mato Grosso. Já o senador Moreira Mendes (PFL-RO) considerou em seu relatório, aprovado na CMO, que a decisão do TCU sobre a retomada das obras do fórum trabalhista de São Paulo, objeto do escândalo que envolveu o juiz Nicolau dos Santos Neto e o senador cassado Luiz Estevão, deve ser de conhecimento de todos os integrantes da comissão e que a matéria deve ser arquivada.



Marluce apoiou decisão de não liberar verba para hospital em MT

Geraldo Magela

PT tenta garantir recursos para investimentos na área social

Os senadores da bancada de apoio ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva reuniram-se ontem para discutir a agenda de votações no Congresso até o dia 15 de dezembro, com destaque para o Orçamento da União. De acordo com o senador Tião Viana (PT-AC), um dos coordenadores políticos da transição, o projeto enviado pelo Executivo em agosto prevê R\$ 15 bilhões a menos de receitas em relação ao Orçamento de 2002.

A proposta orçamentária que está sendo discutida no Congresso elimina receitas decorrentes do aumento da alíquota do Imposto de Renda de 25% para 27,5% e da tributação dos fundos de pensão, entre outras fontes. Por isso, o PT tentará negociar com os demais partidos a manutenção das receitas de forma a garantir um aumento dos gastos sociais.

— Todos os partidos estão tratando o Orçamento para o ano que vem com a máxima responsabilidade. Esperamos ter êxito nessa negociação política — disse Tião Viana, salientando que a proposta de Orçamento foi enviada quando não havia os problemas cambiais atuais.

Tião Viana reafirmou a disposição do próximo governo de elevar os investimentos nas áreas sociais.

— Não vemos apenas as estatísticas, mas a partir do cruzamento dos números entendemos que há uma dívida social e é preciso investimento para enfrentá-la — frisou.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Comissão de Justiça mantém súmula vinculante

A instituição da súmula vinculante na proposta de reforma do Poder Judiciário foi mantida ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. De acordo com o texto, o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre um mesmo tema, aprovar súmula com efeito vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário em todos os níveis da administração pública.

“A introdução da súmula vinculante é extremamente positiva. Não é razoável que, em nome da liberdade de convencimento do magistrado, seja reaberta centenas de vezes a discussão de matéria jurídica já pacificada nos tribunais superiores e no STF”, explica o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) no parecer à proposta de emenda constitucional.

Além disso, sustenta o senador, há sempre a possibilidade de revisão da súmula. “A súmula vinculante impede que de decisões judiciais harmônicas com orientação superior sejam interpostos recursos vazios de sentido, de direito e de interesse jurídico”, acrescenta.

IMPEDIMENTO DE RECURSO

Contra os votos dos senadores José Fogaça (PPS-RS), Roberto Freire (PPS-PE) e José Eduardo Dutra (PT-SE), a comissão rejeitou emenda apresentada por Fogaça que pretendia substituir a súmula vinculante por uma súmula impeditiva de recurso, a ser aprovada por quatro quintos dos integrantes do STF.

Para o senador gaúcho, o estabelecimento da súmula impeditiva seria um meio termo entre a situação atual, em que os juízes têm ampla liberdade para a concessão de recursos, e a súmula vinculante, a qual, a seu ver, poderá tornar a Justiça mais rápida, porém atingirá a independência do magistrado.

— Cada juiz teria liberdade para decidir, diante de um caso concreto, se caberia ou não a aplicação da súmula impeditiva de recurso — explicou Fogaça.

Em apoio à emenda de Fogaça, Roberto Freire argumentou que a criação da súmula vinculante levará a um “processo grave de centralização” da Justiça. O senador José Eduardo Dutra, por sua vez,



A CCJ concluiu ontem o exame da proposta de emenda constitucional, que será submetida agora ao primeiro turno de votação no Plenário

observou que a inovação poderia “engessar o desenvolvimento do Direito”.

O relator da proposta de reforma, senador Bernardo Cabral, elogiou a sugestão de Fogaça, mas reiterou sua posição contrária a ela, por considerar a súmula vinculante “mais efetiva e adequada”. A mesma posição foi adotada pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Amir Lando (PMDB-RO) e Francelino Pereira (PFL-MG).

A Comissão de Justiça aprovou ainda subemenda de Cabral que exclui do processo de promoção, por período a ser determinado pelo tribunal ao qual estiver ligado, o juiz que apresentar a segunda recusa consecutiva à promoção, ou a terceira alternada. Dessa forma, observou o relator, mantém-se o direito constitucional à recusa de promoção, mas combatem-se os “efeitos negativos da perenização do juiz na mesma comarca”.

Texto da CCJ garante celeridade processual e criação de juizados de instrução criminal

Foi aprovado também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) destaque apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) destinado a eliminar da proposta de reforma a referência ao princípio da celeridade processual como direito público subjetivo e a tornar expressos os prazos processuais especiais à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e suas autarquias e fundações.

Ao defender seu destaque, José Eduardo Dutra afirmou que a celeridade deveria ser mantida como “princípio a ser perseguido”. A mesma posição foi adotada por Romero Jucá, para quem muitos municípios e estados ainda não estão devidamente aparelhados para pres-

cindir de prazos especiais. Embora tenha destacado o mérito da emenda de tornar mais clara a prescrição, Cabral, que se manifestou favorável apenas em parte à proposta de Dutra, disse ser contra “quaisquer privilégios processuais às entidades públicas”.

A CCJ aceitou parecer favorável de Bernardo Cabral a emenda de Fogaça, segundo a qual metade dos integrantes de órgãos especiais de tribunais será definida levando-se em conta a antigüidade dos juízes e a outra metade será preenchida por eleição pelo Tribunal Pleno. Foi mantido parecer contrário do relator a emenda que previa a eleição direta, pela magistratura de primeiro e segundo graus, do presidente e do vice-presidente dos tribunais de segun-

do grau. Cabral observou, em seu parecer, que a emenda poderia “politizar excessivamente os tribunais”.

Os integrantes da CCJ decidiram também manter parecer contrário do relator a emenda do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que pretendia eliminar a previsão de instituição dos juizados de instrução criminal para infrações penais definidas em lei.

Manteve-se ainda parecer contrário de Cabral a emenda de iniciativa de Romero Jucá que tinha por objetivo eliminar da reforma do Judiciário a previsão de prazo de vigência das cautelares em ações diretas de inconstitucionalidade e de constitucionalidade.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Concurso público deverá ser realizado por entidade externa

Os concursos públicos para ingresso nas carreiras do Judiciário terão de ser realizados por entidades externas àquele Poder. Essa foi a proposta que prevaleceu ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), durante as discussões e votações do parecer final do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) à reforma do Judiciário.

No seu parecer, Cabral rejeitou emenda proposta pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que, entre outras mudanças, restaurava a realização do concurso público pelo próprio Poder para as carreiras do Judiciário. Preferiu, segundo explicou, recusar a proposta de Alcântara e assegurar o que já estava no seu parecer anterior da reforma, consagrando a nova medida, sugerida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). A emenda de Lúcio Alcântara foi rejeitada pela comissão, como desejava o relator.

Nas discussões travadas na CCJ, Jefferson Péres defendeu a universalização do conceito de realização de concursos por entidades externas para todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), inclusive para o Ministério Público, que atualmente não está incluído no alcance da medida.



Para Jefferson Péres, medida deveria prevalecer para todos os Poderes da República

Também defenderam a realização de concursos por entidades externas os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Roberto Freire (PPS-PE). O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), contudo, considera que o princípio deve ser universalizado para todos os Poderes, ou então não se deve fazer com que prevaleça apenas em relação ao Judiciário.

Ao defender o princípio da realização de concurso por entidades externas, Jefferson Péres afirmou que a medida age em defesa do próprio Poder Judiciário. Em última hipótese, argumentou, a providência impede até que o poder se torne vítima de "maledicentes que contestam os resultados de concursos pú-



Fogaça defendeu a redução do período de experiência exigido dos candidatos à magistratura

blicos, sempre que vêm aprovados parentes de magistrados". Para que a lisura do concurso fique demonstrada, é imprescindível que o concurso seja realizado por entidades externas ao órgão público que o promove, acrescentou o senador.

O senador José Fogaça (PPS-RS) defendeu ainda, no rol das mudanças propostas por várias emendas que ainda serão examinadas, segundo pedidos de destaque para votação em separado, a redução do período de experiência profissional exigida dos candidatos à magistratura, de cinco anos, como está na Constituição em vigor, para três. A proposta está contida em emenda apresentada pelo senador Roberto Re-

quião (PMDB-PR), que determina ainda a realização de provas escritas e de títulos para ingresso na magistratura.

ALÇADA

A Comissão de Constituição e Justiça também aprovou o parecer do relator Bernardo Cabral favorável à extinção dos tribunais de alçada, transferindo os seus membros para os tribunais de Justiça dos respectivos estados, respeitadas a antiguidade e a classe de origem. Ao justificar a medida, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que a proposta vai dar celeridade ao Judiciário, reduzir custos orçamentários e contribuir para a especialização de juízes.

A CCJ decidiu ainda acompanhar o relator e aprovou as seguintes emendas: a que permite aos prefeitos a proposição de ações de inconstitucionalidade, apresentada por Carlos Wilson (PTB-PE); e a ampliação de competências da Justiça do Trabalho, sugerida pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres. Contra a posição do relator, a comissão aprovou emenda do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que regula a admissibilidade e a inadmissibilidade de recursos especiais pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).



Cabral foi homenageado após concluir as votações das emendas à proposta na CCJ

Reforma agilizará os julgamentos, avalia Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) fez uma avaliação positiva da nova estrutura da Justiça que surgirá após a aprovação pelo Congresso da reforma do Judiciário. Relator da proposta, Cabral confia no surgimento de uma Justiça mais ágil.

— Depois de um ano e meio de discussão no Senado, o que votaremos em Plenário serão instrumentos para agilizar a Justiça.

O relator chamou atenção, no entanto, para a necessidade de que sejam alterados os procedimentos processuais, por meio de mudanças na legislação infraconstitucional. "Fazendo a reforma do Judiciário, simultaneamente às mudanças dos processos, é que tornará a Justiça melhor."

Depois de concluída a votação da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Cabral recebeu homenagens dos outros senadores pelo trabalho na relatoria da proposta. O senador Osmar Dias (PDT-PR), que presidiu ontem as votações, disse que a tarefa de Cabral foi das mais árduas já ocorridas na CCJ. O senador José Fogaça (PPS-RS) ressaltou o espírito democrático que norteou os trabalhos de Cabral.

— Ele foi um relator permeável aos argumentos de todos os senadores — afirmou Fogaça.

CÂMARA

O texto aprovado pela CCJ segue agora para apreciação pelo Plenário do Senado. Se aprovado, depois de votação em dois turnos, poderá ser promulgado, excluindo-se os dispositivos aprovados na Câmara e alterados pelo Senado. Esses passarão por nova análise dos deputados.

Emenda prevê que magistrados constituirão dois terços do Supremo

Pelo menos dois terços das vagas do Supremo Tribunal Federal (STF) deverão ser ocupadas por pessoas oriundas da magistratura. É o que dispõe emenda à reforma do Judiciário, apresentada pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), aprovada ontem pela CCJ. O texto ainda será submetido ao Plenário do Senado e, se aprovado, à Câmara dos Deputados.

A idéia, segundo Lando, é restringir a liberdade de escolha dos ministros do STF por parte do presidente da República. O senador também defendia outra limitação: apenas poderiam ser indicadas pessoas previamente sugeridas por partidos políticos e entidades da sociedade civil. Essa proposta, no entanto, foi rejeitada pela comissão.

Em outra decisão importante, os senadores resolveram



Maria do Carmo propôs o aumento da idade para a aposentadoria compulsória

manter a idade de 70 anos para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos. O aumento para 75 anos, sugerido pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), e apoiado pelo relator Bernardo Cabral (PFL-AM), foi considerado inadequado para uma reforma do Judiciário. O senador



Amir Lando: deve-se restringir a liberdade de escolha dos ministros do STF pelo presidente

José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que o aumento da idade para a compulsória poderia ter caráter casuístico por impedir que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva indicasse ministros do STF em seu mandato.

Outro argumento apresentado contra o aumento da idade é a

necessidade de renovação nas esferas públicas.

— Setenta anos é razoável para que possam ser oxigenadas as estruturas — disse o senador Roberto Freire (PPS-PE), autor de proposta de emenda à Constituição sugerindo que os ministros do STF exerçam mandatos, o que eliminaria a necessidade de aposentadoria compulsória.

Também foram mantidas as férias forenses de 60 dias. Prevaleceu o entendimento de Cabral de que a adoção de escalas de férias para os magistrados prejudicaria o funcionamento de órgãos do Judiciário, principalmente dos Tribunais de Justiça, que possuem câmaras de julgamento compostas por três desembargadores. Além disso, sustentou o relator, é preciso resguardar as férias dos advogados militantes.

Lúdio propõe entendimento para garantir as reformas

Conforme senador, só o consenso nacional permitirá que novo governo promova mudanças e país tenha condições de honrar compromissos

Ao analisar a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na disputa pela Presidência da República, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) defendeu ontem um amplo entendimento para que o novo governo tenha condições políticas de promover as reformas de que o Brasil necessita. Segundo afirmou, somente o consenso nacional permitirá que o país tenha condições de honrar os seus compromissos.

O senador relatou que esta semana leu pronunciamentos feitos por ele próprio e outros senadores sobre a necessidade de o país realizar as reformas política, tributária e do Judiciário. Ele disse não entender o motivo de as reformas não terem sido ainda realizadas, uma vez que existe consenso no meio político sobre as mudanças.

– Talvez agora seja a oportuni-



Lúdio: transição tranquila demonstra espírito pacífico do povo brasileiro

dade de o país efetuar as reformas básicas para depois aproveitarmos também para fazer uma reforma no comportamento humano de que a sociedade tanto necessita – afirmou Lúdio Coelho.

TRANQUILIDADE

Sobre a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, o senador destacou o fato de a mudança de governo

estar ocorrendo em clima de tranquilidade. Isso, segundo Lúdio, demonstra o espírito pacífico e democrático do povo brasileiro. Ele considerou que a derrota do candidato do governo ocorreu porque o povo “fadigou” (cansou) da gestão de Fernando Henrique Cardoso, apesar da conquista da estabilidade econômica, do controle da inflação e do início do crescimento econômico.

– Basicamente todos os candidatos afirmaram a manutenção dos pontos essenciais do governo Fernando Henrique. Todos se comprometeram com a estabilidade, o superávit primário e os princípios básicos que regem a economia familiar, ou seja, só gastar o que podem gastar. E o povo foi cauteloso: entregou a Presidência da República a Luiz Inácio Lula da Silva, mas deixou quase todos os estados governados por partidos que fazem oposição ao presidente eleito – analisou.

Tuma ressalta conduta do presidente nas eleições

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou ontem o presidente da República “pela conduta exemplar” durante o período eleitoral. Conforme afirmou, Fernando Henrique Cardoso foi “o maior vitorioso” do pleito deste ano. Tuma destacou que o presidente jamais interferiu no processo eleitoral ou trouxe qualquer problema que pudesse alterar o resultado das urnas.

Na avaliação do senador, nos oito anos de governo de Fernando Henrique houve “muitos dias de sofrimento, amargura e luta para se manter o país na estabilidade que, com muita dificuldade, se conseguiu”. Romeu Tuma destacou ainda a iniciativa do presidente para garantir uma transição suave para o próximo governo.

– Hoje, ao se aproximar o término de seu governo, (Fernando



Para Tuma, Fernando Henrique teve comportamento exemplar no processo eleitoral

Henrique) dá mais um exemplo de dignidade e de respeito ao cidadão e às forças políticas do país, consolidando definitivamente a democracia na nossa terra. A árvore cresceu, frutificou e com ela nós vamos colher os frutos – afirmou.

APLAUSOS

Romeu Tuma disse ter votado no mesmo colégio eleitoral de Fernando Henrique, em São Paulo, onde presenciou aplausos e reverências para o presidente, “por toda a força que deu para a consolidação da democracia”.

Ao iniciar seu pronunciamento, Tuma elogiou o discurso feito minutos antes pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). O representante sul-mato-grossense defendeu um consenso entre as forças políticas do país para apoiar o novo governo.

Indicações de ministro do STJ e diretor da Anatel são aprovadas

O Senado aprovou ontem a recondução de José Leite Pereira Filho ao Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Também foi acolhido o nome de João Otávio de Noronha para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga do ministro Paulo Saraiva da Costa Leite, que se aposentou.

O Plenário aprovou ainda autorizações para instalação de quatro emissoras de rádio comunitárias, duas em Goiás e duas em São Paulo. São as seguintes as emissoras: a que será operada pela Fundação Cultural Educativa Carlos Roberto da



Plenário autorizou ontem o funcionamento de quatro emissoras de rádios comunitárias em Goiás e São Paulo

Silva Pimenta, da cidade de Urutaí (GO); a da Associação Comunitária

ria Liberdade Acreunense, de Acreúna (GO); a da Associação Cultural de Santo Antônio do Píthul (SP); e a da Associação Cultural Comunitária Simonense, de São Simão (SP).

SUBESTAÇÃO

Foi aprovada também a denominação de Subestação Delfino Araújo Macedo para a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte, situada no município de Miracema (TO), e de Rodovia Ministro Alfredo Nasser, para a BR-153, que vai do Pará ao Rio Grande do Sul. Os relatores, que emitiram pareceres favoráveis, foram os senadores Lomar Quintanilha (PFL-TO) e Maguito Vilela (PMDB-GO), respectivamente.

Santa Catarina viverá “nova era”, diz Maldaner

Presidente do PMDB de Santa Catarina, o senador Casildo Maldaner afirmou ontem que, a partir de janeiro, seu estado viverá uma nova era. Será inaugurado, disse, “um novo modelo para administrar Santa Catarina”. Ao registrar a vitória de Luiz Henrique para o governo do estado, ele agradeceu o apoio recebido, dizendo que a participação de 15 partidos foi decisiva.

Segundo o senador, o povo de Santa Catarina decidiu apoiar um projeto diferente e iniciar uma nova era no estado. Ele afirmou que o pleito foi árduo e que considerava muito importante agradecer aos que lutaram para a construção desse projeto.

– Desde o primeiro instante, o meu partido e o PSDB firmaram entendimento nessa candidatura. No segundo turno, houve uma conjugação de esforços de diversos partidos, dentre eles o PDT, o PPS, o PV, o PCdoB, o PCB e tantos outros, cerca de 15, que resolveram democraticamente abraçar o projeto do companheiro Luiz Henrique – disse.



Maldaner agradeceu o apoio que garantiu a vitória de Luiz Henrique para o governo do estado

O senador reconheceu que o governador Amin foi “um páreo duro”. Por isso ele considerou tão significativa “a luta enfrentada pelo povo para derrotá-lo”. Maldaner afirmou que, sem os esforços de Luiz Henrique e de seu vice, não se conseguiria implantar a proposta. “Foi com a participação de todos que se logrou esse resultado, não se minimizando a participação de quem quer que seja, porque a diferença foi apertada, foi mínima”, disse, lembrando que, 20 anos atrás, foi exatamente por uma diferença pequena que seu partido perdeu a eleição para Esperidião Amin.

Senado inaugura o novo sistema de votações

“Podemos assegurar, com o aval do relatório da Unicamp, que este painel é mais seguro do que qualquer outro utilizado nos parlamentos do mundo”, afirma o 1º secretário Carlos Wilson ao presidente da Casa, Ramez Tebet

Cabral propõe transporte aéreo grátis para deficiente

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar projeto do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que concede aos portadores de deficiência, comprovadamente carentes, passe livre nos serviços regulares de transporte aéreo. A legislação em vigor concede esse passe livre no transporte coletivo interestadual, mas o parlamentar considera importante estendê-lo às viagens aéreas.

Ao justificar seu projeto, Cabral lembra que, desde 1988, a Constituição federal estabelece que cabe ao Estado criar programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, assim como facilitar seu acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e até de obstáculos arquitetônicos.

O parlamentar entende que entre os serviços públicos mais relevantes estão os sistemas de transporte. “Numa sociedade desigual como a brasileira, a distância que

separa a renda dos trabalhadores do acesso a bens e serviços é muitas vezes intransponível. E não há dúvida de que esse abismo é duplamente perverso para com as pessoas portadoras de deficiência”, observa ele.

Para Bernardo Cabral, os deficientes carentes são frequentemente incapazes de arcar com os custos tarifários das várias modalidades de transporte e tendem, involuntariamente, a adotar padrões sedentários de comportamento, em prejuízo de sua saúde física e mental.

Conforme o senador, privados do acesso ao transporte, esses brasileiros, quando carentes, deixam de visitar parentes e amigos, frequentar reuniões sociais, participar de eventos esportivos e até de obter atendimento médico especializado, muitas vezes distantes do lugar onde moram. Por isso ele quer estender a prerrogativa vigente para os transportes terrestres aos serviços aéreos.

Projeto facilita composição de renda na compra de casa

De autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto determinando que, em todos os financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), deve ser considerado, na composição da renda familiar, o somatório de todas as rendas das pessoas que convivam numa mesma família. O projeto tem parecer favorável do senador Lauro Campos (PDT-DF).

Waldeck Ornélas apresentou o projeto alegando que, hoje, a composição da renda familiar, para obtenção de empréstimo imobiliário ou aquisição da casa própria, só pode ser efetuada com o cônjuge ou o companheiro. “Tal fato coloca fora da composição da renda familiar os pais, os filhos e os parentes que convivam sob o mesmo teto e possuam renda própria”, aponta ele na justificativa da proposta.

Segundo o parlamentar, isso exclui as mulheres chefes de família da possibilidade de contratarem

operações no SFH, visto que a remuneração média delas é 64% menor que a dos homens. Em razão disso, para adquirirem a casa própria, essas mulheres precisam associar a sua renda à de outros membros da família que dirigem, a fim de poderem ter acesso ao financiamento.

O senador reconhece que a Lei nº 6.748/79 já reduz a documentação para os financiamentos habitacionais, mas lembra que ela limita esse benefício aos financiamentos de valor igual ou inferior a 1.500 UPCs (Unidades Padrão de Capital), o equivalente hoje a R\$ 27.735. Com seu projeto, ele deseja que essa norma seja válida para todo e qualquer financiamento habitacional, “uma vez que o seu objetivo é eliminar da política habitacional a discriminação de gênero atualmente existente, em detrimento das mulheres”.

Ornélas também disse que dados do Censo de 2000 revelam que 26% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

O 1º secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), entregou na manhã de ontem ao presidente da Casa, Ramez Tebet, relatório dos técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp) que acompanharam o trabalho de reestruturação do painel de votação eletrônica do Plenário, certificando a sua segurança. Tebet decidiu inaugurar o novo sistema de imediato, durante a sessão da tarde.

– Podemos assegurar, com o aval do relatório da Unicamp, que merece toda confiança pela credibilidade conquistada junto ao povo brasileiro, que este painel é mais seguro do que qualquer outro utilizado nos parlamentos do mundo. O momento de constrangimento vivido pelo Senado, em que as votações do Plenário foram colocadas em dúvida, está agora superado. A população pode ter certeza de que o voto do senador que ela elegeu está sendo respeitado – afirmou Wilson.

O presidente elogiou a atuação do 1º secretário, que comandou o inquérito sobre a violação do painel na votação que cassou o mandato do senador Luiz Estevão, em 28 de junho de 2000; a



Carlos Wilson (D) entrega a Ramez Tebet (C) o relatório dos técnicos da Unicamp certificando a segurança do sistema

contratação da Unicamp para acompanhar o trabalho de reestruturação do painel; e a realização da licitação, vencida pela empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., responsável pela implantação do novo sistema.

– Num momento em que tanto se fala em evitar o desperdício de dinheiro público, posso dizer que a firma vencedora ganhou com um preço menor do que a metade do oferecido pela segunda colocada e demonstrou ter competência e experiência com sistemas semelhantes, inclusive para outros parlamentos – disse Carlos Wilson.

Tebet agradeceu ao trabalho re-

alizado pela equipe da Secretaria Geral da Mesa, chefiada por Raimundo Carreiro Silva, e a todos os funcionários da Casa que se empenharam nas diversas fases do trabalho que levou à nova configuração de segurança das votações.

Compareceu ao ato de entrega do relatório o 1º secretário da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE). Segundo Carlos Wilson, esse foi um sinal da solidariedade entre as duas Casas, ambas convencidas da necessidade de que “o Congresso Nacional passe sempre uma imagem de transparência para a população”.

Congresso debate atividades de inteligência

Fortalecer institucional e socialmente a atividade de inteligência do país, de modo a conscientizar a sociedade brasileira a respeito da importância e da utilidade do setor na prevenção do crime organizado, do narcotráfico e dos crimes financeiros, é o principal objetivo do seminário “Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia”, a ser realizado nos próximos dias 6 e 7, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

O seminário, segundo os organizadores, servirá para tentar desfazer a imagem negativa em relação ao trabalho da inteligência, “ainda muito associado à repressão praticada na época da ditadura militar”. O encontro reunirá renomados especialistas na área de inteligência mundial, entre os quais Thomas Bruneau, diretor do Centro de Relações Cívico-Militares da Escola de Pós-Graduação Naval dos Estados Unidos, e Peter Gill, professor de



Política e Justiça Criminal da Universidade de Liverpool, na Inglaterra.

O evento será aberto às 9h do dia 6 pelos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves. Logo em seguida, o general Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, iniciará o ciclo de debates.

Os temas a serem abordados durante os dois dias do seminário são “Profissionalização da Atividade de Inteligência”, “Defesa Nacional e Inteligência Militar”, “Inteligência e a Sustentação dos Interesses Nacionais”, “Atividades de Inteligência na Prevenção do Crime Organizado”, “Limites e Eficácia do Controle Parlamentar” e “Inteligência, Controle Público e Democracia”. Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Renan Calheiros (PMDB-AL) participarão como mediadores, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) será um dos conferencistas.

O seminário é uma realização conjunta da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Comissão aprova projeto que muda política de recursos hídricos

Proposta acolhida por senadores que discutem a revitalização do São Francisco determina que recursos sejam aplicados integralmente na bacia hidrográfica em que foram gerados



Mércia Kollme

A Comissão Especial para a Revitalização da Bacia do São Francisco aprovou ontem projeto de autoria do seu relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), modificando a Lei 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (PNGRH). A proposta altera a destinação dos recursos financeiros obtidos através da cobrança prevista pela atual legislação, e agora segue para apreciação do Plenário do Senado.

De acordo com o projeto, os valores arrecadados pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos deverão ser

aplicados integralmente na bacia hidrográfica em que foram gerados, e não mais prioritariamente, como estava na redação original da lei. Ornélas lembra, na justificativa da matéria, que nas audiências realizadas pela comissão houve reclamações por parte dos usuários contra o uso de parcela dos recursos financeiros em regiões distantes daquelas onde foram arrecadados. Também foi manifestado o temor de que tais valores sejam deslocados para aplicações não vinculadas ao gerenciamento de recursos hídricos, lembra o senador.

As reclamações procedem, se-

gundo Waldeck Ornélas, porque a atual redação da lei abre a possibilidade de que parcela expressiva dos valores arrecadados sejam desviados, de forma aleatória, para outras bacias, em prejuízo da área onde foram obtidos.

Os problemas referidos, argumenta o senador, "podem impor sérias limitações ao gerenciamento eficiente de bacias hidrográficas que, à semelhança da situação do Rio São Francisco, enfrentam graves desafios resultantes da enorme extensão territorial abrangida e da complexidade e dimensão dos problemas ambientais ali presentes".



Roosevelt Pinheiro

Para Sampaio, posição geográfica da capital do Piauí permitiu seu florescimento comercial

Benício Sampaio destaca os 150 anos de Teresina

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) lembrou ontem os 150 anos de existência da cidade de Teresina, capital do Piauí. A data foi comemorada no último dia 16 de agosto e as festas do sesquicentenário se estenderam por um mês, informou o senador, período em que a cidade recebeu as mais variadas homenagens.

Teresina foi a primeira capital planejada do país, ressaltou Sampaio, lembrando que em meados do século 19 o então presidente da província do Piauí, conselheiro José Antônio Saraiva, decidiu transferir a capital, que estava sediada em Oeiras. Por sua posição estratégica, foi escolhido o ponto de confluência dos rios Parnaíba e Poti, a 350 quilômetros do litoral, para que em 16 de agosto de 1852 fosse inaugurada a nova capital, batizada de Teresina em homenagem à imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon, esposa de dom Pedro II.

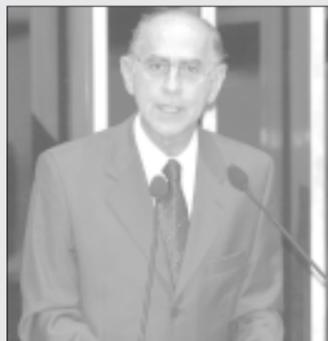
Hoje, explicou o senador, Teresina é um centro atacadista que atende comerciantes do interior do Piauí e de cidades do Maranhão, Pará, Tocantins e Ceará. Outras atividades econômicas de destaque são a indústria têxtil, as manufaturas e o beneficiamento do couro nos tradicionais curtumes da região. Outro setor em franco desenvolvimento é o da construção civil. A tendência, desde 1995, tem sido a da verticalização da cidade com a construção de modernos edifícios de apartamentos e de salas comerciais.

Concordando com o fundador de Teresina, Benício Sampaio disse que o florescimento comercial da capital deve muito a sua posição geográfica. O Rio Poti, que banha vários bairros da cidade, é fonte de renda, alimento e lazer.

Executivo deve combater indústria de multas, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) conclamou o governo federal a fiscalizar, rigorosamente, a aplicação da Resolução 141 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que disciplina o uso de radares eletrônicos, combatendo a existência de uma verdadeira "indústria de multas". Ele lembrou que as empresas que instalam os equipamentos têm interesse em multar indiscriminadamente os motoristas para inflar seus lucros.

Segundo Mauro Miranda, somente no Distrito Federal existem 420 aparelhos de fiscalização que resultaram em R\$ 43



Roosevelt Pinheiro

Empresas inflam lucros com multas indevidas a motoristas, alerta Mauro Miranda

milhões em multas durante o ano de 2001. Desse total, frisou o senador, apenas 3,2% foram aplica-

dos em campanhas e programas educativos – R\$ 1,4 milhão –, enquanto 38,3% foram usados para pagar as empresas terceirizadas, num total de R\$ 16,4 milhões, o que o senador classificou como "um absurdo".

Mauro Miranda adverte que a resolução do Contran é boa, mas é necessário colocá-la em prática, sob pena de a medida ficar sem utilidade.

– É hora de o governo federal mostrar que não se rendeu à indústria de multas. É hora de fiscalizar, solicitando, se necessário, ajuda do Ministério Público para promover o cancelamento auto-

mático das punições caso fique comprovada qualquer injustiça na aplicação das multas – afirmou.

O parlamentar considerou a resolução do Contran como um primeiro passo relevante, que deverá resultar numa caminhada promovida pelo Executivo federal assegurando seu cumprimento pelos governos estaduais.

– Somente assim, acabando com a "indústria das multas", o povo poderá recuperar a fé nas leis e no Estado, conquistando cidadania e diminuindo o número de mortes do trânsito – concluiu Mauro Miranda.

Luiz Otávio defende a cultura do dendê

Com base em pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o senador Luiz Otávio (PPB-PA) cobrou das autoridades competentes que a cultura do dendê seja considerada atividade de reflorestamento. O objetivo é estender a essa cultura os incentivos estabelecidos em lei, em especial no Código Florestal de 1965, segundo o qual a recomposição de florestas é beneficiada com deduções fiscais, de acordo com termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O senador declarou que a pesquisa divulgada recentemente pela Embrapa não o surpreendeu. Ele lembrou que, há dois anos, durante seminário internacional realizado em Belém, foi redigido um documento reivindicatório denominado "Agenda Única da Dendeicultura no Brasil". No terceiro dos oito pontos aprovados durante o encontro, considerou-se a cultura do dendê como atividade de reflorestamento.

Luiz Otávio afirmou que o dendê é um produto cada vez mais im-

portante na economia paraense e mundial, e é um alimento sadio, uma vez que, no seu cultivo, pelo menos no Brasil, não se costuma utilizar qualquer agente químico. Além disso, observou o senador, o dendê é rico em vitaminas A e E, sendo recomendado como complemento nutritivo e pode ser consumido como óleo refinado ou margarina, substituindo a manteiga de cacau na produção do chocolate.

Para Luiz Otávio, o incentivo à cultura do dendê trará duas im-



Roosevelt Pinheiro

Luiz Otávio propõe que dendê seja considerado cultura de reflorestamento

portantes vantagens: a fixação do homem no campo e a obtenção de divisas com a exportação. Em 2001, o Brasil exportou US\$ 6,9 milhões em óleo de dendê bruto.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson